

Conhecimento comum e saber sociológico

Patrick Watier*

Quando a sociologia se instaura, alguns de seus fundadores acentuam os cuidados a tomar quanto ao senso comum assimilado a uma soma de preconceitos e propõem se guiar, por exemplo, mais pelos fatos concretos do que pelas idéias já feitas a seu propósito. É claro que a sociologia como conhecimento não se instauraria, qualquer pessoa honesta ou qualquer sociólogo o admitirá, baseando-se em preconceitos, e que uma certa distância face às idéias da tribo é necessária. Entretanto, assimilando todo o saber social a uma forma de preconceito, a pré-noções, será que não nos esquecemos das formas de argumentação tomadas de empréstimo a um saber comum do qual o sociólogo se serve? Que pessoa honesta não estaria de acordo, não nos deixamos cegar por preconceitos, mas tampouco escapamos em nossas interpretações ao uso de um saber comum? Quando tomamos a primeira hipótese, ela nos conduz, parece-me, a uma desqualificação da experiência dos indivíduos socializados, e o sociólogo se mascara a si mesmo quanto ao uso que faz de um saber comum partilhado com seus semelhantes.

Quando digo alguns sociólogos penso, é claro, em Durkheim e em sociólogos mais atuais que puderam, com as idéias de corte epistemológico de Bachelard, reempregar, a seu modo, este tema. A temática do preconceito é clássica, a filosofia, particularmente a das Luzes, fez da luta contra ele eixo central de seu combate pela razão. Um pouco mais tarde, ela se articulará à idéia de uma cientificidade forte da disciplina sociológica de uma luta entre ideologia e ciência. Recuando um pouco, constata-

se que a ideologia foi um nome cômodo para designar as idéias do adversário ou de uma escola concorrente. Este termo sintetizava as amabilidades entre colegas: “ele não faz sociologia”.

Os recursos da interpretação parecem-me ter sido melhor compreendidos por outra tradição, o que também suscita questões, porque o corte entre ciência e saber profano aparece a partir daí menos pronunciado do que se imaginara e a legitimidade do saber, sem dúvida, menos poderosa, na medida em que não se sobrepondo ao seu objeto, ele é contaminado ou, mais simplesmente, submetido a modos de raciocínio comum. É preciso sublinhar que um dos eixos centrais do pensamento de Maffesoli foi o de insistir no conhecimento comum, em sublinhar a importância da sociologia compreensiva. No seu livro que se intitula, precisamente, O conhecimento comum, ele se propõe a utilizar “o tipo, a subjetividade, a intersubjetividade como categorias operatórias.” (1986, p.220) Retomando algumas proposições dos fundadores, gostaria de salientar as conseqüências daí decorrentes para a prática sociológica, conseqüências que Maffesoli repôs no centro da interpretação. Ser fiel a uma corrente teórica não significando para mim, simplesmente, duplicá-la; observarei à minha maneira as condições de uma sociologie du dedans, cujo “interesse não é estranho a Weber, Simmel...” (p.19) Meu problema é pois o seguinte: quais são as fontes de que o sociólogo lança mão para interpretar. Quanto a isto, e na mesma época que Durkheim, dois meios foram propostos. Um, uma psicologia convencional; o outro, um saber nomológico, e às duas formas pode-se ligar o nome

de Simmel e de Weber. Depois de ter descrito as grandes linhas destes temas, tentarei mostrar a relação entre recursos literários e interpretação sociológica.

Psicologia convencional e saber nomológico

Simmel, em seus trabalhos sobre a compreensão, se interroga quanto às relações entre compreensão comum e compreensão sociológica.

Neste quadro, é preciso notar a presença de uma capacidade que consiste em poder representar, encenar (mettre en scène), imitar a ação de indivíduos; é mesmo nela que se apóia a arte do ator ou, ainda, se quisermos nos basear em Aristóteles, a arte do poeta que consiste em apresentar acontecimentos típicos. Há, pois, disponível no corpo social uma maneira de figurar a ação que supõe uma pré-compreensão da atividade humana. A presença da pré-compreensão permite uma relação significativa entre um leitor e um escritor, ou um livro, uma obra dita de ficção.

Tal posição não implica que o sentido e a recepção desse sentido sejam unívocos e muito menos que haja congruência entre intenção do autor e recepção. Ela indica a existência de um registro comum, um acervo de conhecimento ou um saber nomológico divididos. Qualquer ação é simbólica no sentido em que nela se dá a ler uma significação que é objeto da interpretação dos outros atores sociais. A apresentação de si dá a ver personagens aos quais podem ser atribuídas características típicas que vão, por exemplo, da arrogância à modéstia, da cupidez à generosidade, do egoísmo ao altruísmo. Por se apresentarem a nós,

as ações dos outros são decifráveis como textos que se desenrolam sob nossos olhos e é desenvolvendo tal analogia, em que as minhas precedentes se inspiram, que, contemporaneamente, Ricoeur em seus trabalhos sobre *récit* (a narrativa) proporá que se compreenda a ação como um texto a decifrar. (Ricoeur, 1983 e 1988, especialmente)

Quando penetramos no mundo de um romance, deciframos as ações ao mesmo tempo em que essas são evocadas ou encenadas (*mises en scène*). Da mesma maneira, lemos nas formas de ligação em que se manifestam duas pessoas - segurando as mãos - uma forma de sua relação. Dispomos de quadros, no sentido que Goffman dá a esta palavra (1992). Ler e decifrar o mundo não correspondem a percepções imediatas. O mundo só se dá através dos filtros, dos quadros, dos paradigmas ou ainda das temáticas (a oposição motivado/não motivado, voluntário/involuntário, por exemplo, no que concerne à atividade).

Para voltar a Simmel, digamos que, em geral, atribuímos à conduta um caráter motivado, quer seja uma motivação meramente teleológica ou uma motivação afetiva (*affectuelle*, no original - N. do T.), o real é interpretado ou enquadrado (*mis en forme*, no original - N. do T.) por categorias ou hipóteses que parecem tão evidentes que a elas não voltamos. E não voltamos simplesmente porque elas provaram sua validade na e pela vida corrente. Para resumir o conjunto desses desenvolvimentos, Simmel indica que: "Subsumimos as ações observáveis dos homens sob objetivos e sentimentos invisíveis que são indispensáveis para fazer dessas ações conjuntos inteligíveis. Se não tivéssemos a possibilidade de ir além dos fatos que podem ser diretamente constatáveis, teríamos muita dificuldade em compreender um desenvolvimento histórico ou uma seqüência entre dois acontecimentos" (1985, p. 71-72). Acreditando que a história repousa em hipóteses psicológicas, confrontamos com dois tipos de dificuldade. A primeira é concernente à relação entre os motivos da ação, o uso de uma psicologia convencional e o acontecimento a analisar. A segunda diz respeito à possibilidade de motivações que não seriam conscientes. Um exemplo, tirado

do livro de Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, permitirá ilustrar o uso de uma psicologia convencional graças à qual se compreenderá as raízes de um contentamento. Já se assinalou muitas vezes que em enunciados do tipo "todo sistema fiscal muito pesado faz com que o governo seja odiado" não há nada mais do que uma hipótese psicológica e uma relação de causalidade suposta entre um acontecimento e um comportamento. Qualquer grupo ou indivíduo que vê seus recursos diminuir não felicita os autores de tal fato. A história oferece numerosos exemplos de situações deste tipo e freqüentemente usamos, na descrição de situações, modelos fundamentados

O historiador tenta atribuir motivos e razões plausíveis à ação dos indivíduos ou dos grupos que estuda. Esses motivos e essas razões, para Simmel, têm uma característica psicológica porque se produzem no espírito dos atores.

em uma analogia com situações vividas ou conhecidas.

Modelos de raciocínio ou de atribuição de motivos ou de causas serviram para interpretar acontecimentos que pareciam comparáveis. Uma psicologia convencional registra a relação entre uma situação - a elevação das contribuições fiscais - e um resultado - o descontentamento; tal esquema poderá ser reutilizado em situações comparáveis.

Outro exemplo, tomado de empréstimo a Weber, mostra como tal interpretação funciona. No capítulo II de *Economia e sociedade*, intitulado "As categorias sociológicas fundamentais da economia", Weber consagra um trecho à economia socialista e afirma que, se certos atos econômicos podem ser orientados de maneira altruísta, "é claro que a massa, maioria dos humanos, não age e não agirá assim, se acreditarmos nas experiências passadas para compreender o futuro". Se Weber prefere falar do uso de um saber nomológico, e não de uma psicologia convencional, para interpretar situações e ações, ele usa, aqui, uma psicologia deste tipo apoiada em um saber vindo da experiência. Trata-se, pois, de interpretar situações

particulares em função de um modelo construído e plausível de comportamento. A psicologia convencional constrói um modelo de ator que é dotado de motivos plausíveis em situações dadas.

Em todos os casos que apresentamos, a interpretação se beneficia de uma certa plausibilidade; Weber falará de uma "evidência específica" em direção à qual tende qualquer interpretação e Schütz empregará a noção de "pertinência". Para Simmel, é na "(...) possibilidade de construir conexões psicológicas que evocam um sentimento imediato de coerência" que repousa "(...) a via de acesso à compreensão dos processos históricos porque estes resultam do que se passa na cabeça dos atores (...)" (1985, p. 92-93).

O historiador tenta atribuir motivos e razões plausíveis à ação dos indivíduos ou dos grupos que estuda. Esses motivos e essas razões, para Simmel, têm uma característica psicológica porque se produzem no espírito dos atores. E mais, que tal atribuição supõe uma reconstrução de tipo psicológico de estados mentais. A coerência corresponde ao sentimento de que as coisas puderam se passar assim e o conjunto de dados de que dispomos não torna absconsa a atribuição de tal motivo a tal ator.

Não se trata de explicar como se produzem as representações ou os motivos e por quais processos psíquicos ou neurológicos são fabricados ou se inter-relacionam; trata-se de relacionar uma ação ou uma inação com motivos que têm uma certa plausibilidade e coerência capaz de explicá-la(s). O historiador utiliza, pois, "(...) uma forma clarificada e sublimada de uma psicologia que praticamos todos os dias", quando interpretamos as ações de nossos semelhantes. A diferença metódica provém do fato de que as conexões estabelecidas pelo observador histórico são independentes de seus sentimentos do momento, o que, ao contrário, a vida de todos os dias não exige de nós quando interpretamos outrem ou suas atividades.

Uma relação de distância quanto ao objeto que se baseia em puro interesse intelectual permite ganhar uma forma de objetividade na medida em que o historiador não se implique pessoalmente no processo que ele descreve. Se o historiador utiliza uma psicologia, esta é convencional e não essencialista. Para a segunda, os fatos e

gestos dos indivíduos seriam resultado da estrutura de sua personalidade enquanto que a primeira toma como fio condutor o fato de que o indivíduo pode fazer expectativas quanto às conseqüências possíveis de seus atos ou daqueles dos outros, da mesma maneira que avalia as conseqüências que poderiam advir de tal ou tal decisão.

Uma psicologia convencional pressupõe, somente, que é possível, dado o que sei quanto ao motivo típico do ator no quadro do que Simmel chama de psicologia intemporal (ou convencional). Em outros termos, mais próximos de Husserl, o psiquismo não pode ser conhecido ou atingido, mas, sendo caracterizado por uma propriedade - a intencionalidade - a capacidade de visar um sentido, é este sentido visado que me permite identificar as intenções ou motivos; é, portanto, ele o objeto de análise. Por esta formulação, compreende-se, indiquemo-lo rapidamente, que Schütz tenha podido tentar fundar a sociologia compreensiva nas teorias, conjugadas, de Simmel, Weber e Husserl.

Se pensarmos em qualquer obra sociológica ou histórica, seria surpreendente que não encontrássemos, em um momento qualquer, o recurso a motivos, tais como o interesse do ator, uma sede de poder, uma ambição de ascensão social, uma preocupação em se distinguir, uma vontade de imitação, um desejo de realização pessoal, um sentido da solidariedade, do altruísmo, sentimentos de abatimento ou desespero, e mesmo ressentimento etc. Cada vez que isso acontece, apelamos para uma representação que é uma reconstrução de sentimentos mentais. O altruísmo que, segundo Durkheim, caracteriza o soldado relativamente a seus companheiros de armas implica que tenhamos uma idéia dos sentimentos de lealdade e de sacrifício que podem experimentar entre si, e se considerará que este motivo dará conta, ao menos em parte, do desdobramento de uma ação ou de uma atividade. Para resumir, a psicologia convencional consiste em atribuir um motivo típico a um ator típico; ela não implica, de modo algum, em uma análise da estrutura da personalidade individual. Tanto mais que, como veremos adiante, o ator típico é uma construção do historiador; é um ser irreal.

Se Simmel fala de psicologia con-

vencional e é saudado de maneira um tanto pérfida por Weber por suas finas descrições psicológicas, este último propõe uma outra fonte que, terminologia à parte, não parece tão diferente da proposição de Simmel.

O parágrafo sobre a possibilidade objetiva e a causalidade adequada dos "Études critiques de logique des sciences" (In: Essais sur la théorie de la science. Paris: Plon, 1965) ilustra, pelo exemplo que se segue, o tipo de questão que o historiador pode se propor quando tenta medir o peso causal de um acontecimento. Ele se perguntará o que teria podido se passar se Bismarck não tivesse

Quando Weber fala de leis, observa que não passam de sistematização da constatação de uma regularidade familiar na vida cotidiana e, assim, da observação de uma conexão causal entre acontecimentos na vida corrente.

tomado a decisão de declarar a guerra de 1866 (se ele não tivesse adulterado um despacho diplomático).

Uso um raciocínio da forma: se este elemento é importante, então deveria ou teria devido dele decorrer esta ou aquela conseqüência; se modifico tal condição de desdobramento das ações, o resultado teria sido o mesmo ou teria sido diferente? Havia uma lógica dos acontecimentos que, mesmo que os protagonistas não quisessem a guerra, ela teria acontecido? Há um limite que, transposto, faria com que os acontecimentos se encadeassem irremediavelmente para conduzir à abertura das hostilidades? O estabelecimento desta relação e o encadeamento das circunstâncias se baseiam em meu conhecimento das maneiras habituais de agir em uma ou outra situação tanto quanto (se baseiam) nos encadeamentos habituais de acontecimentos em casos comparáveis; é uma competência social ou um saber oriundo da experiência.

Se modifico a intenção de Bismarck, o curso dos acontecimentos pareceria significativamente diferente? Se, como podemos supor, o indivíduo age racionalmente, sopesará as conseqüências

desta ou daquela decisão, imaginará as conseqüências possíveis usando o que sabe das maneiras de agir habituais do inimigo. Em suma, tendo se representado de maneira limitada - porque ele não pode conhecer tudo - um certo número de conseqüências passíveis de decorrer de uma ou outra decisão, fará uma escolha que incluirá o que acredita saber a propósito da conduta provável de outrem em tal circunstância.

Quando o historiador, eliminando certos elementos ou modificando certas condições, se pergunta o que teria se passado, emite um julgamento de possibilidade. Os julgamentos de possibilidade procedem por isolamento e generalização e implicam em que "decomponhamos o 'dado' em elementos até que cada um deles se deixe inserir em uma 'regra de experiência' e que sejamos capazes de determinar a conseqüência que 'teria' sido necessário 'esperar' de cada um deles, segundo uma regra da experiência, quando os outros elementos são dados como 'condições'". A decomposição leva a tentar, a respeito de qualquer elemento, a fórmula: se... então, se A... então B, em função do que sabemos, é a conseqüência mais provável e, mesmo, a mais certa.

Weber, ao discutir o papel das leis e o processo de imputação causal próprio ao conhecimento histórico, questionava "até que ponto o historiador (no sentido mais amplo da palavra) pode efetuar com certeza essa imputação com a ajuda de sua imaginação, alimentada por sua experiência pessoal da vida e educada metodicamente e até que ponto ele é tributário da ajuda de certas ciências especiais que facilitam seu trabalho; é uma questão que varia a cada caso."² Os processos de abstração, fundamentais e necessários, a partir dos quais a imputação causal é construída, dependem de uma imaginação dos possíveis cuja fonte reside na experiência individual e social. A utilização de outras ciências - e não se pode deixar de pensar na psicologia experimental ou nas estatísticas - é deixada para a resolução de cada caso particular.

Quando Weber fala de leis, observa que, na maior parte do tempo, não passam de sistematização da constatação de uma regularidade familiar na vida cotidiana e, assim, da observação de uma conexão causal entre acontecimentos na vida corrente. A

imputação causal se faz, pois, segundo outra formulação de Weber, “sob a forma de um processo de pensamentos que contém uma série de abstrações. A primeira e a mais decisiva dentre elas (abstrações) consiste justamente em modificar no pensamento, em um sentido determinado, um ou mais componentes causais incontestáveis do curso dos acontecimentos para perguntar, em seguida, se depois desse tipo de modificação das condições do devir, ‘teríamos podido esperar’ o mesmo resultado (nos pontos ‘essenciais’) ou outro, e qual.”³

A questão a que pode se propor o historiador é do seguinte tipo: a morte de César, se tivesse acontecido em outro momento, teria mudado as condições da história do mundo? Se Bismarck não tivesse declarado guerra naquele momento, a guerra aconteceria? Se não tivesse havido tiros, em Berlim, a revolução de 1848 teria começado?

O raciocínio do tipo “se... então...” caracteriza o conhecimento histórico, mas é próximo da maneira pela qual os indivíduos compreendem acontecimentos ou atividades correntes. Verei, in fine, como a corrente etnometodológica faz do account, do fato de compreender (rendre compte, no original – N. do T.) acontecimentos uma característica central da vida social. A capacidade de descrição e de interpretação das ações dos atores é, ao mesmo tempo, a possibilidade de efetivação das ações.

O saber utilizado é fundado naquilo que Weber chama de regras da experiência. É preciso notar que tais regras são tipificações de atividade que permitem reconstituir os modos de fazer, de agir de certos indivíduos ou grupos. A experiência individual e social do sociólogo, experiência da maneira pela qual as coisas se passam habitualmente, dá lugar a uma sistematização de raciocínios, de antecipações, de esperas que sabemos que intervêm na vida cotidiana de modo reflexivo mas, também, na maior parte das vezes, sem ser tematizados.

A vida cotidiana é caracterizada por um conjunto de “raciocínios” que permitem que seja conduzida. Então, emitir um julgamento de possibilidade consiste em comparar a situação na qual se encontram os indivíduos com aquilo que sei, por experiência, das maneiras habituais de agir (o saber nomológico), e a adequação de uma às outras deve ser convincente. Conhecendo as condições

em que se desenrolou um fenômeno, conhecendo certos fatos a propósito de uma situação histórica – Weber fala, neste caso, de saber ontológico – e me apoiando nas maneiras habituais de agir em certas situações, posso perceber a significação que tinha para os atores implicados.

Esse saber nomológico nada mais é que um saber que repousa em tipificações, generalizações de atitudes que provêm da experiência ou da constatação historicamente fundada pela comparação. Um sacerdote, envolvido nessa ou naquela circunstância, em média e em geral se comportará dessa ou daquela maneira. É imaginável que um fiel que se defronta com os paradoxos da teoria da predestinação procure uma porta de saída para a condição angustiante em que se encontra e um caminho que lhe permita se assegurar, desde aqui de baixo, dos signos tangíveis de sua eleição.

Posso, portanto, imaginar que um indivíduo colocado em tal circunstância, pertencendo a um grupo de que conheço certas particularidades, tendo tal tipo de crenças, se conduz de certa maneira. Compreendo o que, na situação do ator, é possível ou não, compreendo o sentido que têm, para ele, suas crenças; posso, mesmo, considerar as conseqüências de uma dada conduta para o conjunto da sociedade.

Graças a essa demonstração, compreendemos que qualquer conexão histórica causal não somente é uma abstração que procede por isolamento – subtraio pelo pensamento um fato ao desdobramento – e por generalização – esse fato estando isolado, quais são as conseqüências a considerar para o conjunto observado. Ainda que este quadro de pensamento não adquira, objetivamente, validade “senão porque somamos à realidade ‘dada’ todo o tesouro de nosso saber empírico de ordem nomológica” (dass wir zur “gegebenen” Wirklichkeit den ganzen Schatz unseres nomologischen “Erfahrungswissens” hinzubringen.)⁴

Os quadros de pensamento são construções de sistemas de relações entre práticas, crenças e condições sociais, mas sua exploração implica na utilização de um saber comum que articula de maneira significativa esses conjuntos.

Os tipos ideais e o saber nomológico se reclamam. Restará precisar de onde esse saber “nomológico” e um de seus

componentes, as regras gerais da experiência, provêm. A resposta é simples: o saber “nomológico” é “oriundo de nossa própria experiência individual e do conhecimento do comportamento de outrem.”⁵

O recurso à experiência, que é garantia da construção da possibilidade objetiva, mostra, novamente, até que ponto a questão dos métodos não é comparável segundo as ciências. O que não quer dizer que seja preciso constituir-los sob dois registros epistemológicos totalmente diferentes. O saber nomológico com seus dois componentes: a experiência individual e o conhecimento das maneiras de se comportar dos indivíduos em situações dadas, não é saber disciplinar e, sim, saber social ou, mais exatamente, um saber comum social.

Schütz, no mesmo caminho, sublinhará as relações entre experiência e observação, pois “a experiência da existência de outros seres humanos e a significação de suas ações é, com certeza, a primeira e a mais original das observações empíricas que o homem pode fazer” (In: *Le chercheur et le quotidien*, p.77).

Por meio da noção de “pertinência”, Schütz desenvolverá esse tema weberiano insistindo no fato de que as construções de segundo grau dos sociólogos (as interpretações que os sociólogos fazem das interpretações comuns) devem ser compreensíveis nos próprios termos da língua comum e pelo homem comum. Qualquer interpretação se baseia em uma “reserva” de conhecimentos e Schütz precisará que ela não se resume ao que o intérprete pôde viver ou experimentar pessoalmente, mas que a maior parte desse saber “se origina no social: ela consiste, precisamente, em experiências vividas pessoalmente e originariamente por meus semelhantes que as comunicaram.”⁶ As observações de Schütz permitem compreender a socialidade desse saber e de seus modos de transmissão e que Weber deixa na sombra, ou pressupõe.

Para apreender uma forma de vida, o sociólogo deve utilizar um saber comum àquele que ele possui como indivíduo e aquele que lhe serve, em geral, em suas relações profissionais, amorosas, associativas, mas, também, o que se pode chamar de saber comum como atitude

natural. É a porção de saber comum que considera o mundo do outro organizado de maneira típica ou em sua tipicidade de modo paralelo ao meu, como Schütz indicou.

Esta consideração permite e autoriza a penetração em uma forma de vida e, concomitantemente, a possibilidade de compreendê-la. O saber comum cristaliza conhecimentos úteis na vida corrente e, também, no quadro interpretativo das ciências da cultura. Quando Durkheim fala, por exemplo, de altruísmo no combate, recia, de maneira fictícia e compreensiva, sentimentos de lealdade que um soldado pode sentir por seus companheiros. Sabemos, por experiência pessoal, ou por ter lido, que existe uma fraternidade militar; compreendemos intuitivamente de que se trata.

Saber comum e literatura

A literatura é, sem dúvida, uma boa ilustração de um território de tipificações e de ações possíveis entre personagens. Ela diz o que se passou e, assim, nos oferece quadros a partir dos quais poderemos decifrar ou agir em outras situações.

A literatura, como a experiência individual, dotam os indivíduos da capacidade de ligar atos a situações, de usar as palavras adequadas a cada situação. A literatura constitui “reservatórios” de sentidos e de ações significativas orientadas para os outros. Situado em dado quadro, o sociólogo compreenderá o que acontece não em função do saber sociológico acadêmico, mas do saber social corrente.

Um exemplo desta capacidade, mesmo que ela não seja empregada, no caso, encontra-se no romance de E. Wharton, *Chez les hereux du monde*. Lily Bart, a heroína, confrontada à ruína financeira da família, diz que não pôde trocar com seu pai “algumas das palavras tocantes que a leitura de numerosos romances lhe ensinara a ligar a circunstâncias daquela ordem(...)”.⁷

Os romances asseguram uma socialização ao mesmo tempo real e imaginária. Para mostrar o segundo aspecto, pode-se lançar mão de um outro tipo de exemplo: quando um sentimento experimentado não está verdadeiramente instalado em uma semântica comum, quando ainda não tem uma legibilidade social evidente, então, muitas vezes, o

acontecimento só tem sentido depois de uma lembrança de leitura que apresentasse uma situação típica e seu sentido.

Isto acontece com o narrador de *Les égarements du coeur et de l'esprit*: “Muito perturbado, voltava para casa persuadido de que estava apaixonado e de que esta paixão nascia em meu coração por uma dessas surpresas que caracterizam, nos romances, as grandes aventuras.”⁸ Ou, podemos ler em um romancista do século XVIII: “voltando desse primeiro devaneio (transport, no original – N. do T.), lembro-me de ter visto, em muitos romances, os efeitos prodigiosos de um encontro imprevisto; o primeiro olhar de uma mulher foi suficiente para cativar os sentimentos de um doce amante, e a própria amante, tomada por um ânimo vencedor, fora irresistivelmente arrebatada.”⁹

Estas passagens propiciam tipificações de uma relação amorosa em estado nascente; a situação só faz sentido pela rememoração de uma cena do mesmo tipo. O que se passa nos livros serve para compreender o que se passa na vida corrente. O inesperado irrompe novamente, ainda mais verdadeiro por sua correspondência com uma cena lida, no imediatamente posterior (*dans l'après coup* – N. do T.), e só faz totalmente sentido por sua encenação (*mise en scène* – N. do T.) narrativa.

O romance permite ligar um sentimento a uma situação ou, dito em outros termos: “se y a des gens qui n'auraient jamais été amoureux s'ils n'avaient entendu parler d'amour.”¹⁰ Que não se confunda o livro com a realidade; o que se dá é que ele nos proporciona “chaves” para decifrar atividades correntes.

A literatura nos oferece não apenas modelos de compreensão de sentimentos ou de estados mentais; ela nos “familiariza” com observações. Em seu *Diário*, Kafka, olhando um amigo na rua, nota que, apesar de ser pela primeira vez que observava de uma janela alguma coisa que o tocava de perto, “Em si, tal maneira de observar me é familiar porque a encontrei em *Sherlock Holmes*.”¹¹

O saber das condutas e das ações possíveis cristalizado na cultura objetiva alimenta, portanto, as interpretações correntes e a vida social; aí está um modo de usar a vida. Se se quiser empregar um vocabulário sistêmico,

pode-se dizer que a literatura serve para estabilizar um código que, em seguida, vai servir de guia nas relações de interpenetração humana.

A literatura é um “reservatório” de condutas típicas e de ações possíveis que permitem compreender a realidade social e de agir nessa realidade. Vale lembrar que heróis como Mme. Bovary, ou Jean-Jacques e G. de Nerval são leitores vítimas de suas leituras: “Que loucura, dizia a mim mesmo, amar platonicamente uma mulher que não mais te ama. Erro de minhas leituras; levei a sério as invenções dos poetas e fiz, de uma pessoa comum de nosso século, uma Laure ou uma Béatrix.”

O romance não é apenas um instrumento de conhecimento sociológico para o sociólogo como freqüentemente se afirma; Proust ou Balzac descreveriam bem melhor, em suas articulações fluidas, situações sociais porque são, também, modelos de comportamento o que apresentam. Sem dúvida, utilizam uma psicologia clarificada ou intemporal, no sentido de Simmel. Esta psicologia intemporal tem as mesmas fontes que a do sociólogo: a observação das ações recíprocas e a forma narrativa utilizam uma apresentação tipificada.

O mundo social organiza encontros com os outros, e todo encontro implica em uma “obrigação crucial: tornar nosso comportamento compreensível e pertinente levando-se em consideração acontecimentos tal como o outro vai, certamente, perceber. Nossos atos devem levar em conta o espírito de outrem, ou seja, sua capacidade de ler em nossas palavras e em nossos gestos os signos de nossos sentimentos, de nossos pensamentos e de nossas intenções. Eis o que limita, o que podemos dizer e fazer; mas eis, também, o que nos permite fazer tantas alusões ao mundo quantas o outro pode compreender”. (Goffman, 1988, p.271)

Admitir esta posição permite compreender que as observações correntes não são diferentes, em seu princípio, da observação sociológica e são confrontadas às mesmas questões insolúveis, em última instância. Questões que tocam ao caráter fictício ou não de todas as impugnações; a razão de que compreendê-lo é mais um desígnio regulador da interação que um ato realizado pelos dois

observadores.

A este respeito, certos cognitivistas falaram de “psicologia popular”, que é uma “tecnologia social comum” por meio da qual interpretamos, explicamos e predizemos o comportamento de nossos parceiros e de nós mesmos; ela consiste em atribuir crenças e desejos. É um código graças ao qual deciframos as ações e, assim, pode-se dizer que nos tratamos, reciprocamente, como sistemas intencionais.

Para ilustrar este tema, a literatura – e especialmente a literatura policial – é de grande ajuda. Uma situação corrente, quando se trata de resolver enigmas, apresentada nos romances policiais é a seguinte: indivíduos estão reunidos em um cômodo, o culpado e o detetive são os únicos a saber que um indício está escondido ali. O detetive sabe, ou faz saber que ele sabe, qual é o indício – um objeto pertencente ou roubado pelo culpado no momento de seu delito – mas não sabe quem é o culpado. Trata-se de fazer crer que, se o indício for descoberto, este apontará o culpado.

Em tal situação, basta conduzir as circunstâncias – como um corte de eletricidade artificialmente produzido – de modo que o culpado tente recuperar o indício que, segundo a versão apresentada pelo detetive, vai, com certeza, apontá-lo. É preciso que o culpado creia que pôde perder um objeto – e ele apontará a si mesmo ao tentar recuperá-lo. O detetive aposta em uma predição; colocado diante da possibilidade de suprimir ou de recuperar um indício, o culpado não hesitará.

Quando a luz se restabelece inopinadamente, haverá um indivíduo de quatro debaixo da mesa onde, cúmulo da ironia, não há nada e, para “piorar” a situação, o detetive assegurará que não encontrara indício algum. Outra ilustração pode ser dada por *La lettre volée*, de E. A. Poe: qual o melhor lugar para esconder uma carta senão aquele que a deixa evidente? Suponho que quem procura a carta pensará em “esconderijo” e, assim, não prestará atenção a um papel colocado de maneira anódina, e que está diante dos olhos.

As construções romanescas supõem que a interpretação de indícios conduzirá este ou aquele indivíduo a agir desta ou daquela maneira. Torna-se possível manipular as atividades dos

outros porque as intenções podem ser imaginadas. Bom exemplo de manipulação do comportamento do adversário é tomado de empréstimo por C. Cherniak a Conan Doyle e ele resume o enredo da seguinte maneira: “em Um escândalo na boêmia, o adversário de Sherlock Holmes escondeu uma fotografia muito importante em um cômodo e Holmes quer encontrá-la. Holmes pede a Watson que jogue uma bomba de fumaça no cômodo e grite ‘Fogo!’ Seu adversário se encontra em uma peça vizinha, e Holmes espreita.

“Como seria de esperar, o adversário se precipita e tira a foto do esconderijo.

A literatura é, sem dúvida, uma boa ilustração de um território de tipificações e de ações possíveis entre personagens. Ela diz o que se passou e, assim, nos oferece quadros a partir dos quais poderemos decifrar ou agir em outras situações.

É difícil inventar plano tão engenhoso para manipular o comportamento de um adversário mas, uma vez as condições descritas, parece fácil prever as ações do adversário.”¹²

Sem a vontade de manipular quem quer que seja, o historiador ou o sociólogo não fazem o mesmo, não utilizam recursos de um saber comum ou de um saber nomológico associado a uma psicologia convencional? É o que indicavam Simmel e Weber: estando descritas e conhecidas as circunstâncias, tento encontrar, ou melhor, reconstruir os motivos que levaram a agir, as experiências mentais que dão as razões pelas quais sistemas intencionais se portam de uma ou outra maneira.

Basear-se nas regras da experiência consiste, então, em supor que os indivíduos agiram “como seria de esperar”, isto é, levando em conta um saber de experiência adquirido em situações comparáveis ou por imaginação dos possíveis, sabendo que homens puderam agir assim. Notemos que há uma espécie de relação circular entre pensamento, crença e ação: se não acreditasse em tal idéia, eu não agiria assim, e, assim agindo,

fortalece o que acredito quanto ao domínio no qual me parece poder intervir.

A etnometodologia diz que a descrição de uma situação é, ao mesmo tempo, sua constituição. Para tanto, os indivíduos lançam mão de procedimentos e de um conhecimento de senso comum mas é preciso notar que: “O conhecimento de senso comum não descreve somente uma sociedade real para seus membros mas, à maneira de uma profecia que se realiza, as características da sociedade real são produzidas pela aquiescência motivada das pessoas que têm, já, expectativas.”¹³

A partir deste ponto, pode-se chegar a dizer que os indivíduos só fazem aquilo de que sabem dar conta, isto é, prestar contas (no original: “(...) ils savent rendre compte c’est-à-dire rendre les comptes (...) – N. do T.). O account é o nome, privilegiado pela etnometodologia, que descreve as razões que os indivíduos dão do que fazem e para deduzir que não poderiam fazer o que fazem, se não pudessem dar as razões para tanto.

A definição dos acontecimentos normais na vida social está ligada à capacidade de ler nas palavras e nos gestos a expressão de intenções. É a capacidade de qualquer observador profano ou especializado. Daí decorre a necessidade de levar a sério as elaborações produzidas pelo pensamento comum. Elas atuam em dois níveis: o da organização do mundo pelos que vivem, mas, também, o da interpretação que é imprescindível a sua análise dos atores, do exame dos objetos de pensamento à qual recorre no movimento mesmo da análise.

Parece-me que o saber nomológico de Weber, a psicologia convencional de Simmel, “ce qui va de soi” de Schütz, as proposições atinentes à epistemologia do cotidiano de Maffesoli e, da mesma forma, o “pano-de-fundo de Searle” (cf. *La redécouverte de l’esprit*. Paris: Gallimard, 1995) tentam compreender este ‘fundo’ a partir do qual, por um lado, a sociedade e a troca inter-humana são possíveis, bem como, de outro, são factíveis sua análise interpretativa ou compreensiva.

Estamos em um processo circular e, parece-me claro, quaisquer que sejam os esforços empreendidos, a ciência social

não pode sair desse fundo “porque ela não pode nem efetivar a reflexão total nem aceder à totalidade que a subtrairia à mediação ideológica a que os outros membros do grupo social estão submetidos”, como assinalava Ricoeur em *Science et idéologie*.

O termo “ideologia” não deve ser, no caso, compreendido de maneira pejorativa; ele exprime os limites em cujo interior agimos, interpretamos e compreendemos as interpretações. Saber nomológico e psicologia convencional demarcam a interpretação sociológica ao mesmo tempo em que lhe propiciam os recursos que, por sua origem, asseguram, também, a volta (reentrée no original francês – N. doT.) do saber sociológico ao objeto. A “existência societal” (de Maffesoli) vê confirmada sua primazia.¹⁴

Notas

¹In: *Essais sur la théorie de la science*, p.303. Cf. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftstheorie*. Tübingen: Mohr, (1992), 1951, p.275-276, referida a seguir como GAW.

²Max Weber, “*L’objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales*” (1904). In: *Essais sur la théorie de la science*, p.164-165. Cf. GAW, p.179.

³Max Weber, “*Études critiques de logique des sciences*”. In: op. cit., p.300. Cf. GAW, p.273.

⁴Weber, id., *ibid.*, p.305-306. Cf. GAW, p.277. Talvez Weber se lembresse da seguinte passagem da *Historik* de Droysen, em que este insistia no papel da analogia em história: “O que se supõe estar dado na natureza das coisas, tiramos da experiência e do conhecimento que tivemos de situações análogas, do mesmo modo que o escultor que restaura um fragmento de escultura antiga é conduzido pela analogia que encontra na arquitetura do corpo humano em geral”. (*Vorlesungen über Encyclopädie und Methodologie der Geschichte*. Munich: R. Hübner, 1967, p.35)

⁵Id. *ib.*, p. 305.

⁶Schütz, A. “*Tirésias ou notre connaissance des événements futurs*”. In: *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Méridiens Klieniseck, 1987, p.202. Este livro tem prefácio de Michel Maffesoli, que também assina *La connaissance ordinaire*, a ser consultado quanto ao tema em questão.

⁷Wharton, E. *Chez les heureux du monde*. Paris: Folio, 1982, p.72-73.

⁸Cl. Crébillon. *Les égarements du coeur et de l’esprit*. Paris: Flammarion, 1985, p.92.

⁹Louvet de Couvray. *Une année de la vie du*

chevalier de Faublas. In: *Romanciers du XVIII^{ème} siècle*. Paris: Pléiade, 1965, t.II, p.420.

¹⁰La Rochefoucauld. *Réflexions ou sentences et maximes morales*, n. 316. In: *Oeuvres complètes*. Paris: La Pléiade, 1964, p.421.

¹¹Kafka, F. *Journal*. Paris: Le livre de poche, Biblio, 1982, p.207.

¹²Cherniak, C. *Minimal rationality*. Mind, 90, 1981, p.161.

¹³Garfinkel, H. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1984, p.55.

¹⁴Para desenvolvimento mais amplo, permito-me remeter a meu livro *La sociologie et les représentations de l’activité sociale?* Paris: Méridiens/Klieniseck/Masson, 1996.

Bibliografia

GOFFMAN, E. *Les cadres de l’expérience*. Paris: Minuit, 1992.

_____. *Façons de parler*. Paris: Minuit, 1988, p.271.

MAFFESOLI, M. *La connaissance ordinaire*. Paris: Méridiens/Klieniseck, 1986, p.220.

RICOEUR, P. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983. _____. *Du texte à l’action*. Paris: Seuil, 1988.

SIMMEL. *Les problèmes de la philosophie de l’histoire*. Paris: PUF, 1985, p.71-72.

*Patrick Watier é Professor Titular de Sociologia da Universidade de Estrasburgo, França.

Este artigo foi traduzido por Luiz Felipe Baêta Neves, Professor da UERJ e da UFRJ.